

Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva\*

A informalidade é objeto de muitas análises nos dias de hoje, principalmente em linhas de pesquisa voltadas ao mundo do trabalho, porém trilham por caminhos diversos. A informalidade, ou o trabalho sem vínculos empregatícios, muitas vezes é somado a precarização, na prática, constituindo-se de longas jornadas de trabalho, poucas condições de realização desde o local dos afazeres até ferramentas e outras características. Ambos os processos não são recentes, são constantes há séculos, tendo seu surgimento por volta do século XVIII, com a Revolução Industrial e com o aparecimento da maquinaria no interior das fábricas<sup>1</sup>. As grandes concorrências por uma vaga no mercado de trabalho, somada a precarização destas condições, levam muitos trabalhadores a informalidade. Esses processos se estendem aos dias de hoje, fazendo parte da vida de grande parte da classe trabalhadora, como é o caso dos “chapas”.<sup>2</sup>

No dia sete de agosto do ano de dois mil e três, o jornal *O Presente*, de Marechal Cândido Rondon, apresentou uma matéria de capa que focalizava o trabalho,

alemã. Ao entrar no município você já percebe os traços arquitetônicos germânicos que na cidade são utilizados para impressionar os visitantes, além da Oktoberfest, uma festa regada de chopp e comidas alemãs. Mais que isto, as propagandas em torno deste discurso buscam mostrar em contrapelo que a mesma não possui problemas e/ou contrastes sociais, haja vista um suposto passado ancestral europeu. Nas relações sociais tecidas na cidade parece sobrepor-se um esquecimento ao ver o contraste evidente entre o real e o discurso dominante. Um dos exemplos do caráter excludente da cidade se mostra através da Lei nº 3.521 de 19 de dezembro de 2003. Esta, segundo suas palavras, visa “o desenvolvimento de Programas e a valorização humana”, porém a prática parece ter outros desdobramentos. Parte importante encontra-se no Artigo 4º deste documento, onde são apresentadas as necessidades para aqueles que participarão dos “benefícios”:

Art.4º - Poderão beneficiar-se dos programas de serviços assistenciais oferecidos nesta Lei, os munícipes que se enquadrarem nos seguintes requisitos:

I – possuir cadastro junto a Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação;

II – ter renda per capita inferior a 41,66% (quarenta e um vírgula sessenta e seis por cento), do Salário Mínimo vigente no país.<sup>4</sup>

A exclusão ganha dimensões e complementação no parágrafo V, do Artigo 6º, da mesma, onde passagens são pagas pela prefeitura do município para que os considerados indigentes e andarilhos voltem às cidades de origem, como se isso resolvesse o problema destes trabalhadores. Na mesma lei:

# O trabalho informal dos “chapas” no centro de Marechal Cândido Rondon/PR

especificamente o dos “chapas” da cidade, localizada no Oeste do Estado do Paraná. Nesta matéria, o que mais impressionava era o tom de espanto com a presença destes trabalhadores, que se concentravam no centro da cidade. Além disso, tinha como destaque entrevistas com comerciantes e outros moradores da cidade, que colocavam de muitos modos uma preocupação com a permanência do grupo contra uma “beleza estética” da cidade. Num dos depoimentos:

Eles exercem uma influência negativa sobre o movimento de clientes na loja. A presença deles incomoda as pessoas. Eles mexem com as mulheres que passam na rua e quase sempre tem briga entre eles ou algum está bêbado. Quando a polícia vem eles se dispersam. Nossos clientes deixam de entrar na loja por causa deles.<sup>3</sup>

A cidade de Marechal Cândido Rondon, a partir dos anos de 1980 tem buscado se afirmar com uma identidade

V – Programa Auxílio Passagem – objetiva beneficiar, desde que estejam em conformidade com o Art.4º desta Lei, com o fornecimento de: (...)  
d) passagens rodoviárias a andarilhos e indigentes.<sup>5</sup>

A falta de emprego e as exigências do mercado de trabalho atuais são parte de nosso cotidiano, mas a situação tem se agravado para aqueles que são vistos pela sociedade local como “indigentes”. Durante os dias úteis, nas esquinas centrais das ruas Santa Catarina e Tiradentes, os trabalhadores “chapas” permanecem à espera de ofertas de trabalho. As experiências destes trabalhadores fazem parte do cotidiano da cidade e parecem expressar outras dimensões. Por exemplo, a família do senhor Deoniro saiu do Estado de São Paulo quando o mesmo tinha apenas dois anos de idade, buscando oportunidades de trabalho. A solução posta foi a migração, entre outras dificuldades até a sua chegada no Estado do Paraná. Desta forma, os processos de migração, como se observa, vão além dos grupos étnicos de origem européia. Em contraposição, são processos de migração como o de Deoniro e sua família que são tornados invisíveis pela memória hegemônica desta cidade.

Esta pesquisa, de caráter de Iniciação Científica, iniciada no corrente ano, se encontra em fase preliminar, mas tenho me orientado por diversos questionamentos sobre como vivem estes trabalhadores no interior da classe trabalhadora e suas relações sociais na cidade. Deste modo, investigo os processos que os levaram a ocupar, na década de 1970, o ponto localizado na antiga rodoviária da cidade, bem como os motivos que levaram à transferência deste local para o atual, que desde a década de 1980 se localiza no centro da cidade de Marechal Cândido Rondon. A permanência destes trabalhadores no centro também tem gerado conflitos com comerciantes e outros atores há aproximadamente três décadas. Este grupo apresenta conflitos entre eles próprios, como nos mostra “Seu Pedrinho”, um destes trabalhadores, que chegou na cidade em 1977:

Eles não gosta de mim, que quando chego a hora, vem me chama eu pra trabaia, e daí, é. Faze o quê? É, não é com, com o senhor lá Enio, eu digo vai pro inferno, que eu já to indo, que nem ontem. Cheguei, tudo pra lá e pra cá. Tá, fumo lá em Entre Rios. Tudo bem, é sofrido descarregar ou carregar é sofrido, mas ganhamo nosso 50 pila cada um, cabô! É ou não é?<sup>6</sup>

Diante de várias situações de seu cotidiano, as relações de discordância vão além do grupo. Esta também é posta à entidade que supostamente representaria a categoria, o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Marechal Cândido Rondon, denominado pelos próprios trabalhadores “Sindicato do Barrinha”. Este, devido a sua proposta de trabalho, vem há décadas descaracterizando a denominação sindicato, ou seja, aquele que visa a defesa de direitos e continuidade de luta da classe trabalhadora. Sindicato, este que iniciou seu processo de descaracterização na cidade de Cascavel/PR. Dando continuidade a este, anos após abriu a “filial” em Marechal Cândido Rondon/PR. Com relação ao trabalho vinculado ao mesmo, no caso de alguns dos chapas que se fixam no centro da cidade a resposta é direta, apresentando que nunca se vincularam ao mesmo. “Seu Pedrinho” em seu depoimento questiona a prática sindical, demonstrando sua revolta, e complementa que não existe pagamento aos trabalhadores que se filiam ao mesmo:

Não, nunca tive essa bosta, eu tenho tudo, meu, o que tenho minhas coisa na minha vida, eu trabaie lá com o Barrinha, hun hun (negativo), não, não, não, não vem pedi isso ai porque não pra mim. Ele não paga nem os empregado, quando é pa os empregado e lá na casa, lá perto pega uma coisa, vai pega o que lá? Paga bosta nenhuma? Que não tem, chega lá, não e, não, não, não.<sup>7</sup>

As experiências destes trabalhadores construídas em suas relações sociais conflituosas na cidade parecem ter imposto mudanças no espaço da cidade de Marechal Cândido Rondon, dando visibilidade à formação de outros territórios, como o ponto aonde aguardam por trabalho, ou até mesmo os bairros populares aonde residem. A constituição destes territórios, como apresenta Raquel Rolnik, “*é justamente a singularidade de uma marca de expressão; quer dizer o território abstrato não existe. Só existe o território na medida em que ele é marca, na medida em que ele é constituído pelo sujeito social*”<sup>8</sup>. Estes locais são constituídos através das relações destes trabalhadores, projetos em nada coadunados com os oficiais buscados pelas elites locais. Em suma, as maneiras com que estes trabalhadores constroem suas relações são concretizadas na disputa pelo espaço de trabalho e sobrevivência no interior da cidade. Desta forma, o cotidiano destes sujeitos tem se constituído em torno da luta de classes. Ainda em relação à classe, como nos inspira E. P. Thompson:

[...]os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>9</sup>

Os processos observados em relação à categoria dos “chapas”, de forma cautelosa, fornecem argumentos e características que estão embutidas nas formas de controle da sociedade capitalista. Tendo em vista a existência destes trabalhadores e a carga de estereótipos que lhes são imputados, é preciso compreendê-los para além destas discriminações e das formas visuais estéticas da identidade alemã apregoada na cidade, pois são estas que reforçam silêncios, tanto quanto as suas existências e lutas construídas. Lutas estas pela fixação no centro da cidade, que mesmo pontuadas a partir de trajetórias individuais, se constituíram em conflitos cotidianos pela permanência no local.

A presença destes trabalhadores na cidade de Marechal Cândido Rondon é um processo social de aproximadamente três décadas, porém permeado de problemas e contradições. Como coloca Heloisa de Faria Cruz, nós devemos dar ênfase a outros sujeitos sociais, que não os heróis nacionais. Como problematiza ainda a autora: “*Na atual conjuntura, o trabalho dito informal e a rua como espaço de trabalho e sobrevivência vêm se impondo como direção instigante de pesquisa*”.<sup>10</sup>

Muitas questões permanecem em aberto, entre as quais a mudança do antigo ponto, entre outros. A dificuldade, porém, é uma constante na vida de destes trabalhadores. Mesmo assim estes sujeitos mantêm relações sociais amigáveis ou conflituosas, com os próprios comerciantes, amigos e contratantes de seus trabalhos. Desta forma a pesquisa tem visado investigar o cotidiano e as experiências vividas pelos “chapas”. Para isso alguns encaminhamentos devem ser colocados em prática, buscando apresentar os demais processos de migração, as diversas maneiras com que buscam solucionar seus problemas e outras questões que virão aparecer durante a pesquisa.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Ver MARX, K. *O Capital*. Livro I, c. XII. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

<sup>2</sup> Conforme a matéria do jornal *O Presente* do dia 07/08/2003, os “chapas” são carregadores e descarregadores de mercadorias.

<sup>3</sup> Depoimento de um comerciante concedido ao jornal *O Presente*, em 07/08/2003.

<sup>4</sup> Lei nº 3.521 de 19 de dezembro de 2003. Lei de Política Municipal de Assistência Social do Município de Marechal Cândido Rondon.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Pedro Gomes Magalhães (“Seu Pedrinho”), 64 anos. Entrevista concedida a Gabriel A. G. Paiva em 21/08/2005.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> ROLNIK, Raquel. *História Urbana: História na Cidade?* IN: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio (Orgs.). *Cidade & História*. FAU-UFBA, 1992, p.29.

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.182.

<sup>10</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *Cultura, Trabalhadores e Viver Urbano. Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 18, 1999, p.303.